

REQUERIMENTO N° DE 2005
(Do Sr. Zequinha Marinho)

Requer que sejam convidados, para em audiência pública a ser realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, o excelentíssimo senhor Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, o excelentíssimo senhor Rolf Hackbart, Presidente do Incra, e o excelentíssimo senhor, Weyner Nascimento Pinto, presidente do Instituto de Terras do Pará, para esclarecerem acerca da situação fundiária que se encontra atualmente a região Norte, e que de que forma procederão a regularização fundiária das posses mansas e pacíficas em terras públicas federais ou estaduais até o limite constitucional de 2.500 hectares se o PL 4776/2005 vir a ser aprovado.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exa., que, com a maior brevidade possível, sejam convidados, para em audiência pública a ser realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, o excelentíssimo senhor Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, o excelentíssimo senhor Rolf Hackbart, Presidente do Incra, e o excelentíssimo senhor, Weyner Nascimento Pinto, presidente do Instituto de Terras do Pará, para esclarecerem acerca da situação fundiária que se encontra atualmente a região Norte, e que de que forma procederão a regularização fundiária das posses mansas e pacíficas em terras públicas federais ou estaduais até o limite constitucional de 2.500 hectares se o PL 4776/2005 vir a ser aprovado.

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento geral que, após o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, ocorrido em Anapu, no Pará, em fevereiro último. O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o chamado "Pacote Verde", conjunto de medidas que visa combater a ocupação e exploração ilegal de terras públicas, criando um mosaico de áreas de proteção permanente e unidades de conservação, suspendendo planos de manejos sustentáveis anteriormente aprovados por órgão federal competente, e, como os governos federal e estadual encaminharão os processos de regulamentação fundiária nos limites permitidos por lei para evitar a insegurança fundiária e o avanço do crime organizado na região.

Sala das Sessões, em de maio de 2005.

ZEQUINHA MARINHO
Deputado Federal